



Os anos 90 em Portugal: a mudança de paradigma

Nos anos 90 o Ambiente em Portugal mudou substancialmente, nalguns aspectos para melhor, noutros para pior. Deixou de ser uma temática socialmente marginal, reservada a “amigos dos pássaros” e a “cientistas loucos”: torna-se respeitável, assumindo um peso crescente na opinião pública, no discurso político, no marketing empresarial, e progressivamente (embora mais devagar) nas práticas das organizações. Muita coisa mexeu durante esta década, embora o estado do ambiente no País não tenha progredido substancialmente.

1990 é inaugurado com uma novidade no panorama institucional português: a criação, pela primeira vez, de um Ministério do Ambiente. Lamentavelmente, o advento do Ministério não corresponderia a um progresso do peso do Ambiente no Governo, bem pelo contrário. Ao longo dos anos 90, assistimos a uma elevada rotatividade de ministros do ambiente com escasso peso político, nalguns casos com fraco conhecimento ou habilidade política, sem capacidade para promover políticas avançadas, ou para enfrentar adequadamente dossiers pesados como as novas travessias do Tejo, o empreendimento de Alqueva ou o tratamento de resíduos. A postura do Estado em matéria de ambiente torna-se essencialmente reactiva, ao sabor dos projectos da iniciativa de empresas ou de outros ministérios, da opinião pública, das directivas comunitárias e das tendências internacionais. O enfoque político e o esforço financeiro são postos nas obras “inauguráveis” que correspondem à primeira geração de políticas ambientais, designadamente o saneamento básico.

É de salientar que o edifício jurídico em matéria de Ambiente cresce substancialmente neste período, por força principalmente da influência da União Europeia. Instituições como a Direcção Geral do Ambiente (DGA), o Instituto da Conservação da Natureza (ICN) ou o Instituto da Água (INAG), entre outras, consolidam-se e ganham algum espaço de manobra, apesar do declínio em termos de pioneirismo e proactividade, que tinham caracterizado a década anterior. Também por influência externa, começam a consolidar-se alguns instrumentos importantes de política de ambiente, como a monitorização da qualidade ambiental, a produção de relatórios e cartografia sobre o ambiente, a avaliação de impactes ambientais, a implementação de áreas protegidas. Infelizmente, outros instrumentos fundamentais e porventura mais estruturantes — o ordenamento do território, a gestão de recursos hídricos, o controlo integrado da poluição, os instrumentos económicos do ambiente — ficam nesta década completamente estagnados, apesar de claramente preconizados na Lei de Bases do Ambiente. Documentos programáticos interessantes, como a Agenda XXI (1992) ou o Plano Nacional da Política de Ambiente (1995), têm escassa concretização prática.

Em contraste com o cinzentismo da maioria dos governantes, o Ambiente ganha peso de forma espectacular na opinião pública, devido a uma sucessão de eventos.

Destaquemos em primeiro lugar a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), mais vulgarmente conhecida por Eco 92 ou Conferência do Rio de Janeiro. Esta segunda cimeira da Terra trouxe para a abertura dos noticiários e as primeiras páginas dos jornais duas vertentes fundamentais das políticas de ambiente, que até aí só tinham merecido atenção nos meios académico e associativo: primeiro, a dimensão global de problemas como as alterações climáticas e a biodiversidade; segundo, o novo paradigma do desenvolvimento

sustentável, onde Ecossistema, Economia e Sociedade passam a ser vistos como interdependentes e não como antagónicos. Mais do que qualquer outro acontecimento, a Eco 92 tornou o Ambiente uma questão mediática e uma preocupação do comum dos cidadãos.

O segundo evento digno de nota é a Presidência Aberta do Ambiente, protagonizada pelo Presidente da República, Mário Soares, em Abril de 1994. Durante vinte e um dias, a comitiva presidencial percorreu Portugal de lés a lés, focando todas as principais temáticas relacionadas com o ambiente, visitando uma região e um tema por dia. Em cada dia, tiveram lugar visitas de campo, palestras realizadas por cientistas, e contactos com as forças vivas locais: políticos, moradores, ONG, empresários. Durante três semanas, o Ambiente foi tema de primeira página em todos os *media* em Portugal.

Os anos 90 assistem a uma nova dinâmica das organizações não governamentais de ambiente (ONGA) em Portugal. Estes movimentos abandonam a expressão “ecologistas” ou “conservacionistas” e passam a auto-denominar-se “ambientalistas”, assumindo-se como parceiros sociais, e adoptando claramente o paradigma do desenvolvimento sustentável. Pela primeira vez, ganham real peso político e credibilidade pública, ostentando em simultâneo uma notável independência face ao poder político-partidário. Isto deve-se em parte à “boleia” das operações mediáticas da Eco 92 e da Presidência Aberta do Ambiente, mas sobretudo a mérito próprio, seja na educação e sensibilização ambiental, seja na formulação de doutrina, seja no combate contra empreendimentos lesivos para o ambiente. Entre outros casos, podemos destacar nesta década os conflitos sobre as novas travessias do Tejo em Lisboa, o empreendimento de Alqueva, o tratamento de resíduos industriais e urbanos, as barragem de Odelouca e Foz Côa, a auto-estrada do Sul. A nova credibilidade pública das ONGA assenta em dois aspectos: a fundamentação científica das posições (recorrendo tanto aos dados oficiais como a capacidades próprias); e a constatação pelos jornalistas de que os ambientalistas são muito mais dignos de crédito que os governantes, e são um contra-poder muito mais eficaz e coerente que as oposições partidárias.

Sobressaem neste período três organizações ambientalistas nacionais, com diferentes características: a LPN (Liga para a Protecção da Natureza), que abandona a sua tradicional postura reservada e se torna muito mais pro-activa, focando a sua atenção em dossiers específicos com ênfase na conservação da Natureza; o GEOTA (Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente), que aposta em novos domínios como o ordenamento e os instrumentos económicos, e na consolidação de doutrina política, expressa p.e. na Agenda de Política de Ambiente ou na invenção do rótulo “ambientalista”; e a Quercus, que faz um grande esforço de disseminação territorial e aposta numa presença mediática regular e por vezes espectacular. Paralelamente, começa a funcionar a Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente, que desenvolve a sua actividade principalmente a dois níveis: os Encontros Nacionais de Associações de Defesa do Ambiente; e a gestão da representação das ONGA em órgãos consultivos junto do Estado.

O reverso da medalha é que o protagonismo dos ambientalistas os torna vulneráveis a três níveis. Por um lado, começam a ser alvo de ataques pelos poderes político-partidários e económicos cujas negociatas são atingidas pela dinâmica ambientalista; é disto exemplo a campanha caluniosa do semanário “Independente” em 1996, que apesar de rotundamente derrotada em tribunal deixa até hoje marcas de suspeição imerecida sobre os ambientalistas. Em segundo lugar, o crescimento do protagonismo das ONGA não foi acompanhado de um crescimento comparável de recursos financeiros ou humanos, em grande medida voluntários; isto é um reflexo do fraco nível de actividade cívica da

sociedade portuguesa, a todos os níveis; mas o facto é que foram criadas expectativas, a que o movimento ambientalista tem dificuldade em criar capacidade de resposta à altura. Finalmente, os dossiers ambientais tornam-se cada vez mais numerosos e técnicos, com dificuldades acrescidas de resposta num cenário de falta de meios.

Ao nível empresarial, os anos 90 marcam uma verdadeira mudança de paradigma, que decorre do sentimento geral da sociedade. O Ambiente deixa de ser visto como um incómodo ou um entrave, e passa a ser encarado, na pior das hipóteses, como uma dimensão normal do negócio, ou, na melhor das hipóteses, como uma nova oportunidade de negócio. As grandes e médias empresas começam a adoptar sistemas de gestão ambiental e a certificá-los pelas normas europeias ou internacionais. Emergem os rótulos ecológicos, os produtos “verdes” e as campanhas de marketing que enfatizam os esforços das empresas para melhorar o seu desempenho ambiental. Exemplo paradigmático desta nova postura é a realização pela primeira vez em Portugal de um estudo ambiental estratégico, solicitado às Universidades em 1998, para informar o modelo turístico a adoptar em Tróia.

Quanto ao estado do Ambiente em Portugal, os anos 90 trazem boas e más notícias. Há um claro progresso no saneamento básico, designadamente no abastecimento de água domiciliário e na erradicação das lixeiras. Infelizmente, nos outros domínios, apesar dos enormes esforços de diversas entidades, dos grandes investimentos e de um edifício jurídico crescente, os resultados são desanimadores. A qualidade das águas não se altera substancialmente, devido às lacunas da avaliação de impactes dos projectos de saneamento. A emissão de poluentes atmosféricos (incluindo gases de efeito de estufa) e a qualidade do ar nas cidades pioram significativamente, por força da ausência de políticas energéticas e de mobilidade. A indústria melhora a sua eficiência, mas continua a não haver políticas integradas de controlo da poluição. O ordenamento do território degrada-se a olhos vistos, com a primeira geração de PDM, aprovada em meados dos anos 90, a não fazer mais que cristalizar a avalanche de suburbanização e a dispersão urbana. O litoral continua sob forte pressão, as florestas a sofrer incêndios, o mundo rural a desagregar-se. A conservação da natureza regista avanços e recuos: por um lado, são criadas ou ordenadas várias áreas protegidas e começa a concretizar-se a Rede Natura 2000 (destaquem-se aqui os projectos de conservação da LPN em Castro Verde, da Quercus no Tejo Internacional e do GEOTA/PATO no Paul de Tornada); por outro lado, as áreas protegidas e sensíveis são sujeitas a pressões crescentes, sem instrumentos económicos ou de ordenamento que permitam governá-las de forma eficaz.

É ainda importante salientar que os anos 90 iniciam uma alteração profunda no acesso à informação. Para além dos relatórios regulares sobre o estado do ambiente, emergem as novas tecnologias de informação, desde os sensores ambientais à Internet, que na década seguinte viriam a criar, no Ambiente como em todos os domínios, novos paradigmas de comunicação.

Em síntese, os anos 90 viram uma mudança profunda da forma como o Ambiente é olhado em Portugal. O movimento ambientalista cresceu; os políticos, os jornalistas as empresas e os cidadãos em geral passaram a olhar o Ambiente como uma questão importante. No entanto, os resultados no terreno são escassos: o ambiente continua a degradar-se e as ferramentas de intervenção são ainda largamente insuficientes para inverter esta tendência. Acima de tudo, falta um empenhamento generalizado dos cidadãos na resolução dos problemas.

João Joanaz de Melo

Amante da Natureza desde sempre

Professor de Engenharia do Ambiente na Universidade Nova de Lisboa

Fundador e dirigente do GEOTA

Coordenador do grupo de espeleologia da LPN